

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE SAÚDE E BIOCÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOÉTICA**

DANIELLA DE PAULA CHIESA

**PORTAL PARENTALIDADE – ACERVO DE PESQUISAS SOBRE
PLANEJAMENTO FAMILIAR NO BRASIL**

CURITIBA 2016

DANIELLA DE PAULA CHIESA

**PORTAL PARENTALIDADE – ACERVO DE PESQUISAS SOBRE
PLANEJAMENTO FAMILIAR NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética, Área de Concentração: Bioética, Ciência e Sociedade, da Escola de Saúde e Biociências, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Bioética.

Orientador: Prof. Dr. Mario Antônio Sanches. Coorientadora: Daiane Priscila Simão-Silva.

CURITIBA 2016

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

C515p 2016	<p>Chiesa, Daniela de Paula</p> <p>Portal parentalidade : acervo de pesquisa sobre planejamento familiar no Brasil / Daniella de Paula Chiesa ; orientador, Mario Antônio Sanches ; coorientadora, Daiane Priscila Simão-Silva. – 2016. 43 f. ; 30 cm</p> <p>Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016 Bibliografia: f. 41-43</p> <p>1. Planejamento familiar. 2. Sistema de recuperação da informação - Bioética. 3. Bioética. I. Sanches, Mario Antônio. II. Silva-Simão, Daiane Priscila. III. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Bioética. IV. Título.</p> <p>CDD 20. ed. – 174.9574</p>
---------------	--



Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Escola de Ciências da Vida
Programa de Pós-Graduação em Bioética - *Stricto Sensu*

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOÉTICA**


**DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº15/2016
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Bioética**

Em sessão pública às nove horas do dia doze de setembro do ano de dois mil e dezesseis, na sala 2 do mestrado, realizou-se a sessão pública de Defesa da Dissertação: **“PORTAL PARENTALIDADE – ACERVO DE PESQUISAS DE PLANEJAMENTO FAMILIAR NO BRASIL”** apresentada pela aluna **Daniella de Paula Chiesa**, sob orientação do **Professor Doutor Mario Antonio Sanches** como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Bioética**, perante uma Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

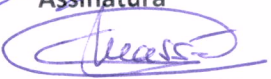
Prof. Dr. Mario Antonio Sanches
PUCPR (orientador e presidente).


Assinatura

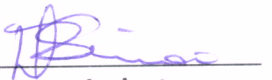
Prof. Dr. Marcos Augusto Hochuli Shmeil
PUCPR (examinador interno).


Assinatura

Prof.ª Dr.ª Maria de Carmen Massé Garcia
Universidad Pontificia Comillas – Madrid (examinador externo).


Assinatura

Prof.ª Dr.ª Daiane Priscila Simão da Silva
Suplente


Assinatura

Início: 09:00 Término 10:50.

Conforme as normas regimentais do Programa de Pós-Graduação em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná o trabalho apresentado foi considerado APROVADO (aprovado/reprovado).

O (a) aluno (a) está ciente que a homologação deste resultado está condicionada: (I) ao cumprimento integral das solicitações da Banca Examinadora, que determina um prazo de 30 dias para o cumprimento dos requisitos; (II) entrega da dissertação em conformidade com as normas especificadas no Regulamento do PPGB/PUCPR; (III) entrega de documentação necessária para elaboração do Diploma.

Aluno (a): Daniella de Paula Chiesa: Daniella de Paula Chiesa
(Assinatura)


Prof. Dr. Mário Antonio Sanches

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Bioética

A Deus, à minha família, aos amigos, colegas de trabalho e orientadores pelo apoio, incentivo, companheirismo e amizade. Sem eles nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Aos Prof. Dr. Mario Sanches e Prof^a. Dr.^a Daiane Priscila Simão-Silva, por me receberem e acolherem, acreditando e apoiando em cada fase do caminho, o meu muito obrigado pela confiança.

A minha família, pelo apoio e incentivo em busca do conhecimento, sem eles certamente meu caminho não teria sido tão feliz.

A meus colegas e professores que sempre estiveram ao meu lado apoiando e promovendo a troca de conhecimento.

A todos que, de forma direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa, meu muito obrigado.

A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.

Arthur Schopenhauer

RESUMO

O projeto de pesquisa que deu origem a este trabalho tem como tema: a construção do Portal Parentalidade – Acervo de Pesquisas de Planejamento Familiar no Brasil. Criado por meio do grupo de Pesquisa Parentalidade, fundamentado na obra de Potter *Bioética Ponte para o Futuro* publicada em 1971, a proposta do nome Portal de Parentalidade, vem como porta para o acesso e democratização da informação. O objetivo geral do projeto foi a criação de uma portal web que concentrasse, organizasse, catalogasse as publicações de artigos científicos acerca do tema Planejamento Familiar em língua portuguesa disponibilizados em banco de dados de livre acesso na internet, além de apresentar as políticas estaduais e nacionais referentes ao tema, com espaço para notícias, pequenos artigos de opinião e publicações e articulações do grupo de pesquisa. Portanto, apresentar ao leitor do mundo virtual o Planejamento Familiar no âmbito da Bioética e, assim, democratizar a informação de maneira ampla e segura, conforme princípios da segurança de informação (TIC) e princípios da Bioética. O Portal vem a público com um código de ética de informação baseado entre os dois grandes códigos vigentes hoje na área de saúde, o HONcode, um dos mais antigos, trata-se do código de ética e de confiança mais utilizado para médicos e informações de saúde disponíveis na Internet e resolução Cremesp sobre uso de informações na internet. A construção do Portal abre caminho para implementações e automatizações em diversos processos internos a partir da criação de metodologias específicas. Apesar das especificidades teóricas e metodológicas das áreas da Ciência da Informação, a criação de um sistema de gestão de informação virtual permite estabelecer um diálogo interdisciplinar entre tecnologia e Bioética. A elaboração do Portal possibilitou a obtenção de dados relativos aos últimos quinze anos de pesquisas, tendo como primeiro experimento a produção de um artigo, mostrando as relações entre autores e publicações, os padrões formados por elas, com o título *Perfil de Gênero dos Pesquisadores em Planejamento Familiar*, enriquecendo a discussão na temática.

Palavras-chave: Bioética. Planejamento Familiar. Parentalidade. Portal Parentalidade. Perfil de Gênero.

ABSTRACT

The research project that gave rise to this work's theme: Building the Parenting Portal - of Planned Parenthood Research Collection in Brazil. Created by the Parenting Research Group, based on the work of Potter Bioethics Bridge to the Future published in 1971, the proposal of Parenting Portal name, comes as port to access and democratization of information. The overall objective of the project was the creation of a web portal to concentrate, organize, catalogasse publications of scientific papers on the topic Family Planning in Portuguese available in database of free access on the internet data, and present the state and national policies on the topic, with space for news, small articles of opinion and publications and projects of the research group. Show people the virtual world Family Planning under the Bioethics and thus democratize the wide and safe way information as principles of information security (ICT) and principles of bioethics. The Portal is public with an information code of ethics based between the two major existing codes today in health, the HONcode, one of the oldest, it is the most used ethical and trustworthy code for medical and information health available on the Internet and resolution Cremesp on the use of information on the Internet. Portal construction paves the way for implementation and automation in various internal processes from the creation of specific methodologies. Despite the theoretical and methodological specificities of the areas of information science, the creation of a virtual information management system allows you to establish an interdisciplinary dialogue between technology and bioethics. The development of the Portal enabled obtaining data for the last fifteen years of research, and as a first step the production of an article, to show the relationship between authors and publishers, the patterns formed by them, with title the Gender Profile the Researchers in Family Planning, enriching the discussion on the topic.

Keywords: Bioethics. Family planning. Parenting. Portal Parenting. Gender profile.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Portal Parentalidade.....25

Figura 2 - Áreas de Formação dos Autores.....33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Princípios HONcode.....	20
Tabela 2 - Princípios Cremesp.....	21
Tabela 3 - Princípios Portal Parentalidade.....	22
Tabela 4 - Autores por Gênero.....	33
Tabela 5- Área de Formação e Gênero dos Autores.....	34
Tabela 6 - Especialização e Gênero dos Autores.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística
OMS	Organização Mundial de Saúde
HONcode	Health on the Net Foundation
ONU	Organização das Nações Unidas
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UIT	União Internacional de Telecomunicações
Unesco	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PORTAL PARENTALIDADE	13
2.1 A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	14
2.2 CARACTERÍSTICAS DE INFORMAÇÃO.....	16
2.3 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	17
2.4 PREOCUPAÇÃO COM A ÉTICA NO PORTAL PARENTALIDADE	19
2.5 DIRETRIZES DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO EM SÍTIOS ELETRÔNICOS.....	20
2.6 A PERSPECTIVA DO CREMESP SOBRE O USO DE INFORMAÇÕES NA INTERNET	20
2.7 CÓDIGO DE ÉTICA DO PORTAL PARENTALIDADE.....	21
2.8 IMPLEMENTAÇÃO DO PORTAL PARENTALIDADE	22
2.9 TEMA DO PORTAL PARENTALIDADE – PLANEJAMENTO FAMILIAR NO ÂMBITO DA BIOÉTICA... 	25
REFERÊNCIAS.....	28
ARTIGO	30

1 INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa que deu origem a este trabalho teve como tema: *A Construção do Portal Parentalidade como Acervo de Pesquisas de Planejamento Familiar no Brasil*. O objetivo principal foi a criação de um portal de livre acesso reunindo num só lugar informações referentes a planejamento familiar, incrementado com estudos realizados nesta área. Em face disso, o portal busca não só reunir artigos vinculados ao tema bem como mapear as políticas estaduais e nacionais, com espaço para notícias e pequenos artigos de opinião. Visa-se, portanto, democratizar a informação de maneira ampla e segura, conforme princípios da segurança de informação (TIC) e princípios da Bioética.

Este projeto foi criado no contexto do grupo de estudo sobre parentalidade, inserido no Grupo de Pesquisa Teologia e Bioética, credenciado pela PUCPR e registrado no CNPq, em 2002, que realiza pesquisas relacionadas com o projeto *Planejamento da Parentalidade*. O grupo de estudo necessitava de uma ferramenta para publicações a fim de adquirir maior visibilidade junto ao mundo acadêmico e também junto à sociedade geral, expandindo-se no mundo digital e mostrando o perfil e o trabalho dos pesquisadores envolvidos. É neste contexto que esta dissertação de mestrado se situa, com uma proposta, em sintonia com outros projetos no âmbito da bioética, que promovem o aprofundamento teórico e a pesquisa de campo em planejamento familiar, implementa um processo inovador ao criar uma ferramenta capaz de cooperar com o desenvolvimento da pesquisa em planejamento familiar no Brasil.

Deste modo, o objetivo da pesquisa residiu na criação do Portal Parentalidade, preocupando-se com a disseminação mais ampla do conhecimento, usando assim de tecnologias e da internet na pesquisa e melhoria de dados para essa área de estudo. Dentre os objetivos específicos encontram-se: i) o desenvolvimento e a manutenção de um sítio eletrônico próprio com banco de dados acessível a profissionais, pesquisadores e interessados em Planejamento Familiar; ii) o estímulo ao trabalho em equipe interdisciplinar; iii) a atualização continuada de alunos e profissionais do grupo; iv) e o incentivo ao uso das tecnologias pelo grupo.

Além de propor e implementar o Portal Parentalidade, uma parte relevante desta dissertação consistiu em produzir um artigo científico a partir dos dados efetivamente obtidos. Tendo sido elaborado como o primeiro experimento do Portal, que suscitou

interesse pelas relações entre os autores de publicações sobre planejamento familiar, pelos padrões formados por estas relações, pelas características específicas dos autores e, assim, produziu-se o referido artigo intitulado *O Perfil de Gênero dos Pesquisadores em Planejamento Familiar*. A construção do Portal possibilitou a obtenção de dados relativos aos últimos quinze anos de pesquisas, fazendo o recorte necessário para a formulação do artigo.

2 PORTAL PARENTALIDADE

Os portais no ambiente *web* podem ser comparados com as redes de televisão abertas, pois também conseguem reunir milhões de usuários conectados no mesmo endereço, mas com o diferencial de interatividade. Devido a essa característica, os portais acabaram assumindo o comportamento de uma mídia de massa (TEIXEIRA, 2002). Segundo Mello (2015), a organização de um portal específico que acondicione em um único lugar os conhecimentos formal e informal torna-se uma ferramenta imprescindível tanto na relação ensino-aprendizagem quanto na compreensão do estado do conhecimento a respeito do tema do próprio portal.

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação compreendeu a emergência da chamada autocomunicação – o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. Trata-se de comunicação de massa visto que processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmite informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo (CASTELL, 2013). Na época em que informação é sinônimo de poder, segurança na obtenção dessa informação torna-se primordial para se realizar uma pesquisa, pois o mundo de acesso livre ao conhecimento é arriscado e perigoso, tendo em vista que a internet se dispõe de buscadores que podem não apresentar resultados confiáveis. A questão refere-se ao fato de que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, representa um espaço de comunicação autônoma (CASTELL, 2013).

A necessidade de armazenar, organizar e recuperar informações cresceu na contemporaneidade e, desse modo, uma plataforma web acessível a todos torna-se um local de encontro com o público, um sítio particularmente propício à criação de novas formas culturais, novas relações sociais (ROQUE, 1990). Dessa forma, a teoria

e a prática aliam-se para possibilitar ideias que ensejem melhores condições de vida para universidade e comunidade fora dos muros acadêmicos (MELLO, 2015).

2.1 A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O acesso à informação é direito de todos e dever do Estado, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Desde o início da vida, a informação tem sido um elemento crucial para a sobrevivência na Terra, especialmente quando traz conhecimento para os seres humanos (FONTES, 2012). Por meio da informação diversas descobertas foram obtidas, como o fogo, roda e tantas outras que hoje são consideradas comuns e corriqueiras. A informação faz parte da vida, o homem chegou até aqui por esta ter sido compartilhada e o conhecimento gerado por ela passou de geração em geração, tornando-se essencial para a sobrevivência em sociedade (FONTES, 2012).

A Unesco considera o acesso à informação um direito da sociedade e desenvolve ações para que esse direito seja disponibilizado pelo Programa Informação para Todos, junção de duas iniciativas, o Programa Geral de Informação (PGI) e o Programa Intergovernamental de Informação (IIP). Werthein (2000) mostra a importância que a Unesco considera para a informação quando indica que

No espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem que constitui a base do direito a informação na sociedade da informação, e levando em consideração os valores e a visão delineados anteriormente, o Programa Informação para Todos deve prover uma plataforma acessível a todos, para uma discussão global e as consequências éticas, legais e societárias do uso das tecnologias de informação e comunicação (Werthein, 2000, p 77).

Sendo a informação um recurso essencial, a ABNT (2005) normatiza que precisa ser protegida adequadamente de maneira a garantir a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade. O não entendimento de um desses requisitos pode acarretar um grande impacto negativo na forma de repasse. Em meados dos anos 50, Albert Einstein escreveu que no século XX haveria a explosão de três grandes bombas: a bomba demográfica, a bomba atômica e a bomba das telecomunicações (LEVY, 2007, p19.), esta última denominada por Roy Ascott (1999) de “segundo dilúvio” das informações. Numa menção ao primeiro dilúvio mencionado na Bíblia, quando Noé constrói uma arca e tem-se a seleção de espécies para que sobrevivam ao caos causado pelas águas, enquanto o segundo faz referência a uma

Era de transbordamento de informações, de inundação de dados, que se tornam águas turbulentas da comunicação, a cacofonia e psitacismo ensurdecedor das mídias, guerras de imagem e propagandas e suas contrapropagandas (LEVY, 2007, p.13).

O direito ao acesso à informação está associado diretamente ao direito de liberdade de expressão, visto que

A liberdade de expressão pressupõe o acesso a fontes íntegras e plurais de informação, pois somente por meio destas é possível formar juízos opinativos autênticos e realmente imparciais, isto é, juízo que levam em consideração diversos pontos de vista (CUNHA FILHO; XAVIER, 2014).

A noção de “liberdade de informação” foi reconhecida, inicialmente pela ONU, em 1946 durante sua primeira sessão, adotou a resolução 59, que afirmava “A liberdade de informação constitui um direito humano fundamental e a pedra de toque de todas as liberdades que se dedica a ONU” (MENDEL, 2009, p28.). Embora seja uma das primeiras leis de garantias à liberdade de informação, esta era vista de maneira ampla, o termo tal como usado, referia-se ao fluxo livre de informação na sociedade e não apenas o direito de acesso à informação de órgãos públicos (UNESCO, 2009).

Diversos organismos internacionais reconhecem com base na Declaração Universal de Direitos Humanos - DUDH, a associação entre liberdade de expressão e direito à informação com base no artigo 19 da DUDH que traz: “Todos têm o direito à liberdade de expressão e opinião; esse direito inclui a liberdade de expressar opiniões sem interferência e de buscar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e sem limitações de fronteiras.” A Corte Europeia de Direitos Humanos, declarou: “A [Conversão Europeia sobre Direitos Humanos] constitui um instrumento vivo que deve ser interpretado à luz das condições contemporâneas” (UNESCO, 2008, p28.). A Corte Interamericana de Direitos Humanos se posiciona de idêntico modo “Tratados Internacionais de Direitos Humanos são instrumentos vivos, cuja interpretação precisa adaptar-se à evolução dos tempos e de modo específico, às condições de vida atuais” (UNESCO, 2008, p 28.).

O acesso livre a informações e ideias representa o coração da democracia e é crucial para se respeitar os direitos humanos, a importância do direito à informação ou do direito, tema constantemente reiterado no discurso da Unesco (UNESCO, 2009). Sem dúvida, os avanços na tecnologia da informação que mudaram por completo a relação das sociedades com a informação e o seu uso e que, em sentido

amplo, aumentaram a importância do direito à informação para o povo. De maneira mais ampla, entende-se que através da tecnologia da informação conectada em redes mundiais aumentou a capacidade do cidadão comum se inteirar de assuntos que os atingem diariamente.

O nosso mundo está em processo de transformação estrutural há duas décadas, um processo multidimensional, mas está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação, que começaram a tomar forma nos anos 60 tendo se difundido de maneira desigual por todo o mundo. Sabe-se que a tecnologia é determinada pela sociedade, pois esta dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que as utilizam (CASTELLS, 2005).

2.2 CARACTERÍSTICAS DE INFORMAÇÃO

Reconhecida por seu papel como redutora de incertezas, tida como o principal recurso transformador da sociedade, tendo um papel fundamental no contexto socioeconômico vigente, denominado de “Era da Informação”. As características da informação atualmente mais salientadas são as seguintes, segundo classificação de Marciano (2006), valor, temporalidade ou volatilidade, abrangência e extensibilidade. No item valor, valoriza-se não somente o que se sabe, mas também, e em muitos casos até mais, o que não se sabe. Marciano (2006) reporta que diversos modelos para a valoração da informação têm sido apresentados, como o de Dickhaut et al. (2003) e o de Henessy e Babcock (1998). Em comum, preocupam-se com a distribuição da informação entre os participantes.

No item temporalidade ou volatilidade, tão importante quando “o que” se sabe é “quando” se sabe. O exemplo das informações noticiosas é apenas um dentre a gama que se pode citar: o que hoje é um “furo” amanhã tornar-se-á uma notícia velha. No item abrangência, mede-se o número de usuários (sejam pessoas ou sistemas automatizados) com o qual a informação se relaciona, bem como o nível hierárquico em que se encontram. Em muitos casos, quanto maior o valor da informação tratada, menor sua abrangência. E, finalmente, o último item, extensibilidade, responsável por medir o grau de uma informação originar mais informação, de valor e relevância comparáveis ou superiores à informação original. A título de exemplo, este é um dos

pilares da comunidade de *software* aberto, mas se deve ressaltar que isto não implica a gratuidade da informação assim disseminada. O teórico cita ainda:

(...) texto clássico de Borko (1968), ao situar o escopo da Ciência da Informação, aponta para as principais etapas do ciclo de vida da informação: origem, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização. Todas estas etapas estão sujeitas a eventos afeitos à segurança, sendo que estes eventos podem ocorrer em momentos precoces ou tardios de cada uma das etapas, o que faz com que a segurança da informação tenha de se preocupar com todo o ciclo de vida, sem desprezar nenhuma das etapas identificadas (Marciano, 2006, p 45.).

Conforme mencionado, vive-se hoje a era da informação, quando a velocidade da produção de notícias no mundo é potencializada pela facilidade com que celulares, *tablets*, *blogs* e redes sociais propagam fotos e textos em escala global. Esse fenômeno acabou por retirar dos meios de comunicação tradicionais o monopólio da produção de informação. Hoje a informação e o processo de produção da informação, estão pulverizados num universo de sete bilhões de pessoas, cada qual convertida em um veículo de comunicação individual em potencial. Essa capilaridade acaba por impor uma agenda ao mundo globalizado: a da segurança da informação (CGU).

2.3 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Quando se armazenavam informações em papel, a segurança era relativamente simples, bastava trancar os documentos em algum lugar para restringir o acesso. Com o *boom* tecnológico e com o uso de computadores cada vez mais sofisticados, a segurança se tornou cada vez mais refinada, englobando controles lógicos, porém ainda centralizados. Com a chegada da globalização da informação através de computadores pessoais e conexões em redes mundiais os aspectos a área de segurança de informação se tornou o foco de atenção. A política de segurança de informações reside em um conjunto de princípios que norteiam a gestão de segurança de informações, cujas diretrizes determinam as linhas mestras que devem ser seguidas (TCU, 2007), “tais princípios visam garantir a integridade, confidencialidade, autenticidade e disponibilidade das informações processadas seja pelo usuário comum ou por uma organização” (TCU, 2007, p25.).

A segurança da informação, em seu sentido mais abrangente, envolve requisitos voltados à garantia de origem, uso e trânsito da informação, buscando certificar todas

as etapas do seu ciclo de vida. Estes requisitos podem ser resumidos na forma confidencialidade, integridade e disponibilidade (ABNT, 2002), aos quais algumas abordagens agregam ainda autenticidade e irretratabilidade ou não repúdio (MARCIANO, 2007; KRUTZ; VINES, 2002; KRAUSE; TIPTON, 1999):

A confidencialidade trata da garantia de que a informação seja acessível somente a pessoas autorizadas a realizarem tal acesso (JONSSON, 1998). Embora confidencialidade se refira a um termo comum, que significa proteger a informação de todos exceto daqueles que tenham direito a elas, informações confidenciais incluem: dados particulares do indivíduo, propriedade intelectual de empresas e segurança nacional para países e governos. Quando se fala de confidencialidade e de proteção de informação de todos, excetos aqueles que tenham direito a esta, deve-se lembrar das informações de direito público, de que todos os cidadãos devem ter acesso, o não cumprimento desse direito fere diretamente a Constituição Federal de 1988 e o que rege os Direitos Humanos.

Por sua vez, integridade garante a não violação da informação e dos métodos de seu processamento, lida com a validade e precisão dos dados, para muitas organizações dados e informações são bens de propriedade intelectual e segredos de negócio, como, por exemplo, direitos autorais, patentes, fórmulas secretas e bancos de dados de clientes que podem ter muito valor no mercado.

A disponibilidade refere-se à garantia de que os usuários devidamente autorizados obtenham acesso à informação e aos recursos computacionais correspondentes, sempre que necessário. Apesar de disponibilidade também ser um termo comum na vida diária, na era da informação e com os avanços tecnológicos cada vez mais acentuados, acaba por assumir uma abrangência de escala global, onde existe um mar de dados disponíveis na internet para que todos possam acessar de qualquer lugar do mundo e por qualquer tipo de equipamento, seja um *smartphone* seja um computador.

A autenticidade consiste na garantia de que a informação seja de fato originária da procedência alegada; enquanto irretratabilidade ou não repúdio: garante que não se pode negar a autoria da informação, ou o tráfego por ela percorrido. Deste modo, a segurança se faz presente nas arquiteturas e modelos da informação, neles inserindo-se em todos os níveis.

A partir dos princípios de segurança de informação citados, o Portal Parentalidade fez a construção de seu código de conduta para as informações

contidas em seu banco de dados, seguindo os padrões normativos estabelecidos para a consistência de suas informações.

2.4 PREOCUPAÇÃO COM A ÉTICA NO PORTAL PARENTALIDADE

Por se tratar de um trabalho no âmbito da Bioética é preciso ter atenção quanto aos aspectos éticos dos portais *web*. Baran (1964), citado por Franco, classificou dois tipos fundamentais de redes: as centralizadas e as distribuídas, em que as primeiras definem uma estrutura hierárquica, tendo um nó central que se eliminado, afetará toda a rede. Já as redes distribuídas são redes cuja estrutura forma uma malha, em que os nós têm idêntica importância entre si e, para se alcançar um deles, existem vários caminhos possíveis. Analogamente, a Bioética, na era de informação, tenta tal qual uma rede distribuída percorrer e alcançar a todos, em diferentes caminhos, abordagens e metodologias, utilizando-se dos diversos meios disponíveis para efetivar sua ética aplicada (AUGUSTO, 2008).

O Portal Parentalidade é uma plataforma *online*, gratuita, intuitiva e de fácil acesso, em sua gestão pesquisadores de diferentes áreas de atuação com uma temática e múltiplos olhares. Portanto, este portal vem a público com um código de ética de informação baseando-se em dois grandes códigos vigentes hoje na área de saúde, o HONcode,¹ embora seja um dos mais antigos é o código de ética e de confiança amplamente utilizado para portais e sítios eletrônicos médicos e informações de saúde disponíveis na Internet; e a resolução Cremesp² relacionada ao uso de informações na internet. O Código de Ética do Portal Parentalidade realiza uma releitura desses dois códigos dentro da Bioética, criando assim um novo e consistente código de conduta, baseando-se somente em itens que tivessem relação direta com conduta ética e transparência da informação.

¹ HONcode - O Código HON de Conduta para sítios eletrônicos médicos e de saúde (HONcode) <<https://www.healthonnet.org/HONcode/Conduct.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

² Cremesp - Manual de princípios éticos para sítios eletrônicos de medicina e saúde na internet - disponível em: <<http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=PublicacoesConteudoSumario&id=26>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

2.5 DIRETRIZES DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO EM SÍTIOS ELETRÔNICOS

A certificação HONcode compreende um padrão ético com a finalidade de oferecer qualidade informação de saúde, busca publicar informações transparentes e se torna um código de ética que orienta os gestores de sítios eletrônicos na criação de um conjunto mínimo de mecanismos para proporcionar qualidade à informação médica, de maneira objetiva e transparente adaptada às necessidades do público (Tabela 1).

Tabela 1 – Princípios HONcode

Princípios HONcode		
Princípio 1	Autoridade	Informação sobre a qualificação dos autores
Princípio 2	Complementaridade	Informação para apoiar e não substituir
Princípio 3	Confidencialidade	Respeito à privacidade dos usuários do sítio eletrônico
Princípio 4	Atribuição	Citação de fontes e datas de informação médica
Princípio 5	Justificabilidade	Justificação de créditos / reivindicações equilibradas e objetivas
Princípio 6	Transparência	Acessibilidade, fornece detalhes de contato válido
Princípio 7	Divulgação Financeira	Fornecimento de dados sobre o financiamento
Princípio 8	Publicidade	Distinção da publicidade do conteúdo editorial

Fonte: HONcode

2.6 A PERSPECTIVA DO CREMESP SOBRE O USO DE INFORMAÇÕES NA INTERNET

A Resolução do Cremesp entrou em vigor no dia 9 de março de 2001 e a partir da data de sua publicação tendo estipulado o prazo de seis meses para que os sítios eletrônicos de autoria ou parceria de médicos e instituições de saúde registrados no Cremesp se adequassem a norma (Tabela 2). O artigo 1º estabelece que:

O usuário da Internet, na busca de informações, serviços ou produtos de saúde *on-line* têm o direito de exigir das organizações e indivíduos responsáveis pelos *sites*:

- 1) Transparência
- 2) Honestidade
- 3) Qualidade
- 4) Consentimento livre e esclarecido
- 5) Privacidade
- 6) Ética Médica
- 7) Responsabilidade e Procedência

Tabela 2 - Princípios Cremesp

Princípios Cremesp		
Princípio 1	Transparência	Deve ser transparente e pública toda informação
Princípio 2	Honestidade	A verdade deve ser apresentada sem que haja interesses ocultos
Princípio 3	Qualidade	A informação de saúde apresentada na Internet deve ser exata, atualizada, de fácil entendimento, em linguagem objetiva e cientificamente fundamentada.
Princípio 4	Consentimento livre e esclarecido	Quaisquer dados pessoais somente podem ser solicitados, arquivados, usados e divulgados com o expresso consentimento livre e esclarecido dos usuários, que devem ter clareza sobre o pedido de informações
Princípio 5	Privacidade	Os usuários da Internet têm o direito à privacidade sobre seus dados pessoais e de saúde.
Princípio 6	Ética Médica	Os profissionais médicos e instituições de saúde registradas no Cremesp que mantêm sítios eletrônicos na Internet devem obedecer aos mesmos códigos e normas éticas regulamentadoras do exercício profissional convencional.-
Princípio 7	Responsabilidade Procedência	Alguém ou alguma instituição tem que se responsabilizar, legal e eticamente, pelas informações, produtos e serviços de medicina e saúde divulgadas na Internet. As informações devem utilizar como fonte profissionais, entidades, universidades, órgãos públicos e privados e instituições reconhecidamente qualificadas.

Fonte: Cremesp

2.7 CÓDIGO DE ÉTICA DO PORTAL PARENTALIDADE

Em consonância com os princípios contidos no HONcode e na Resolução da Cremesp, assim como as diretrizes de segurança de informação, o Portal Parentalidade comporta em seus princípios, uma releitura sob a visão da Bioética, tratando as informações contidas em seu portal de uma maneira ética e transparente,

alinhando-se, assim, aos três pilares das normativas vigentes e os princípios consolidados da tecnologia da informação na tratativa de informações.

Tabela 3 - Princípios Portal Parentalidade

Princípios do Portal Parentalidade		
Princípio 1	Autoridade	Apresentação ao público dos pesquisadores e suas formações;
Princípio 2	Complementaridade	Tratamento da informação como apoio e não substituição;
Princípio 3	Confidencialidade	O respeito à privacidade dos usuários do sítio eletrônico
Princípio 4	Procedência	Citação e declaração das fontes pesquisadas;
Princípio 5	Justificabilidade	Informação ao público e justificativa da informação veiculada
Princípio 6	Divulgação Financeira	Informação sobre as fontes financeiras e associadas;
Princípio 7	Publicidade	Distinção entre publicidade e conteúdo editorial, transparência, esclarecimento público do propósito do sítio eletrônico;
Princípio 8	Responsabilidade	Alguém tem de se responsabilizar, eticamente, pelas informações contidas no sítio eletrônico.

2.8 IMPLEMENTAÇÃO DO PORTAL PARENTALIDADE

A partir dos elementos elencados, buscou-se a criação do portal de maneira ética e transparente, alinhando conceitos da tecnologia de informação, acesso global à informação como um dos direitos fundamentais e normativas de tratativa de informação em portais *web*. Na sociedade em rede a interatividade ganha centralidade, passando da transição da lógica da distribuição (transmissão) para a lógica da comunicação (interatividade), alterando radicalmente o paradigma no esquema clássico de informação baseado na ligação unilateral emissor-mensagem-receptor.

O Portal Parentalidade segue o modelo de Portais Verticais, ou seja, centrado em um assunto específico, num conjunto de assuntos para uma comunidade de interesses comuns. Apresentando audiência segmentada, com um tráfego constante

e dirigido, conseguem a fidelidade do usuário por meio de serviços personalizados para o usuário como, por exemplo, busca interna, para a localização de artigos em contraposição aos horizontais onde os usuários utilizam a busca para auxiliá-los na procura de dados pela Internet.

O Portal Parentalidade utilizou-se de atributos da Web 2.0 para sua dinâmica de criação e de apresentação. O principal conceito é a colaboração, proporcionando a democratização na *web*; a transformação de conteúdo, reorganização, compartilhamento; e a aprendizagem cooperativa a fim de construir uma inteligência coletiva, baseada em uma rede de informações, em que cada usuário passe a ser produtor de conteúdo (LÉVY, 2007). Em outubro de 2005, O'Reilly publicou uma "definição compacta" da Web 2.0:

Web 2.0 é a rede como plataforma, abrangendo todos os dispositivos conectados. As aplicações Web 2.0 são aquelas que produzem a maioria das vantagens intrínsecas de tal plataforma: distribuem o *software* como um serviço de atualização contínuo que se torna melhor quanto mais pessoas o utilizam, consomem e transformam os dados de múltiplas fontes (O'REILLY, 2005).

A comunicação até então centrada unilateral (emissor - mensagem - receptor) com a Web 2.0 recebe um novo fluxo, onde todos interagem entre si possibilitando aos consumidores da informação atuarem como produtores e tornem-se inclusive coprodutores (MANESS, 2007). Os autores Bottentuit Júnior e Coutinho complementam afirmando que:

A filosofia da Web 2.0 prima pela facilidade na publicação e rapidez no armazenamento de textos e arquivos, tendo o principal objetivo tornar a Web um ambiente social e acessível a todos. As ferramentas da Web 2.0 possibilitam um ambiente de fomento para o trabalho colaborativo e estímulo à escrita, provendo uma comunicação mais rica e dinâmica (BOTTENTUIT JÚNIOR; COUTINHO, 2008, p. 4).

A elaboração, criação e hospedagem de uma *website* (via *hostnet*) para o acondicionamento do banco de dados ficou sob a responsabilidade da pesquisadora e o orientador, coordenador do curso de Pós-graduação em Bioética da PUCPR. No primeiro momento, a alimentação do banco de dados foi realizada pela própria pesquisadora e desenvolvedora do sítio eletrônico.

O gerenciamento e alimentação do banco de dados, de caráter contínuo, será realizado pelo grupo de pesquisa com a coordenação do pesquisador líder do grupo,

e, posteriormente, com a automatização do processo de busca, que ficará a cargo do grupo de pesquisa a validação dos artigos alimentados, ativando-os para publicação ou inativando-os. Todos os dados estão conectados a partir do Portal, onde este se apresenta como uma porta de acesso ao conhecimento, quer dizer, armazena somente produções do grupo, direcionando artigos externos para os seus destinos de origem de armazenamento, não vinculando o armazenamento destes em seu próprio banco de dados, preservando os dados como foram obtidos sem retirar seu crédito ou sua autoria e nem onerar o armazenamento por meio de duplicações.

Por serem a parte visível do *software*, por meio da qual os usuários se comunicam com este, as interfaces necessitam ser amigáveis, ou seja, de fácil utilização. O Portal Parentalidade – Planejamento Familiar no contexto da Bioética traz de forma simplificada funcionalidades como (Figura 1):

- 1) Início - apresentação do Portal e de todas as suas funcionalidades, financiadores, logos institucionais.
- 2) Sobre - aborda a história do grupo de pesquisa.
- 3) Ficha Técnica - apresenta todos os envolvidos no grupo de pesquisa, assim como os créditos para construção do Portal. Além do endereço do *curriculum Lattes* dos principais pesquisadores do grupo.
- 4) Contato - lista de endereços eletrônicos, telefones e canal de comunicação com os pesquisadores do grupo
- 5) Artigos de opinião – elaborados pelo grupo de pesquisa e convidados a respeito de planejamento familiar, mostrando o perfil de cada pesquisador e sua linha de pesquisa.
- 6) Programas de Planejamento Familiar - mostra-se um mapa do Brasil, com todos os estados, direcionando para o sítio eletrônico das secretarias onde constam todos os programas destinados ao planejamento familiar.
- 7) Material – disponibilizam-se as apresentações, aulas, palestras, seminários e demais produções.
- 8) Grupo de pesquisa - disponibilizam-se artigos, livros e pesquisas do grupo de pesquisa em questão.
- 9) Busca Artigos - disponibiliza todos os artigos que foram pesquisados nas plataformas selecionadas.
- 10) Notícias - sobre Planejamento Familiar e do próprio grupo.

Figura 1 – Portal Parentalidade

PORTAL PARENTALIDADE
Planejamento Familiar no contexto da Bioética

Início Sobre Programas de Planejamento Familiar Artigos de Opinião Ficha Técnica Materiais Contato

"Pensar em parentalidade é pensar na acolhida, o afeto e o cuidado dos filhos, ou seja, a ênfase não está no método utilizado, mas no desejo de ter filho e em seu bem-estar. Uma sociedade plural deseja que cada criança possa de fato ser acolhida e cuidada independentemente das definições de famílias e suas configurações".

VII CONGRESSO DE HUMANIZAÇÃO E BIOÉTICA
I CONGRESSO INTERNACIONAL IBERO-AMERICANO DE BIOÉTICA

Planejamento familiar
Especialista fala de planejamento familiar e destaca laqueadura e vasectomia

A perversidade da desigualdade social e o planejamento familiar

GRUPO DE PESQUISA PARENTALIDADE
Relatórios e Produções

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO FAMILIAR NO BRASIL
Aqui vai encontrar políticas de Planejamento Familiar

ARTIGOS - BUSCAS
Artigos disponíveis sobre Planejamento Familiar e demais temas envolvidos.

Últimas Notícias

VII Congresso de Humanização e Bioética será realizado concomitantemente ao I Congresso Internacional Ibero-Americano de Bioética

Especialista fala de planejamento familiar e destaca laqueadura e vasectomia

A perversidade da desigualdade social e o planejamento familiar

O médico excomungado por aborto de menina de 9 anos vítima de estupro

70% das vítimas são crianças e adolescentes: sete dados sobre estupro no Brasil

Governo realiza reunião intersetorial sobre planejamento familiar

Partindo do princípio que todo saber é universal, portanto coletivo, a troca de conhecimento deve ser livre cabendo a cada um definir o que deseja aprender.

BIOÉTICA
Curso de Pós-Graduação em Bioética na Pontifícia Universidade Católica do Paraná

UNESCO
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ONU
Organização das Nações Unidas.

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Fonte: www.parentalidade.org

A construção do Portal abre caminho para implementações e automatizações em diversos processos internos a partir da criação de metodologias específicas. Uma delas é a consistência de dados, na qual o Portal pode criar um mecanismo *online* de busca e alimentar-se dos resultados sem que tenha qualquer tipo de ação humana, criando, desse modo, uma rotina de atualização agendada, além da atualização constante de seus pesquisadores nas validações dos artigos alimentados.

Apesar das especificidades teóricas e metodológicas das áreas da Ciência da Informação, a elaboração de um sistema de gestão de informação virtual dos dados coletados via pesquisa acadêmica permite estabelecer um diálogo interdisciplinar compartilhado com o grupo.

2.9 TEMA DO PORTAL PARENTALIDADE – PLANEJAMENTO FAMILIAR NO ÂMBITO DA BIOÉTICA

O tema do portal, planejamento familiar, é bastante amplo e complexo, pois se relaciona com outras temáticas. A possibilidade de pensar e planejar a própria

reprodução humana surgiu no século XX e, na evolução dessa temática, houve alterações nos termos utilizados. A expressão paternidade responsável foi adotada englobando também os cuidados maternos, logo que se percebeu seu viés ideológico patriarcal. Alguns autores optaram por conjugalidade responsável, que não foi muito aceito, pois parecia não expressar toda a complexidade das relações quem questão. O grupo de estudo, onde este trabalho está inserido, adota o termo parentalidade, usado pela primeira vez em 1961, por Paul-Claude Recamier, psiquiatra e psicanalista francês, e a partir da década de 80 passou a ser usado também no Brasil (SANCHES, 2013).

Convém esclarecer que quando se discute planejamento da parentalidade ou projeto de parentalidade situa-se a temática no contexto do que usualmente se define como planejamento familiar. No entanto, ressalta-se que há uma diferença em ênfase e foco. De modo geral, quando se fala em Planejamento Familiar enfatiza-se a instituição familiar e o foco de ação de quem planeja é o acesso aos métodos de contracepção. Se o planejamento familiar acontece a partir de governantes, facilmente ele se torna sinônimo de controle de natalidade e o objetivo torna-se controle populacional (SANCHES, 2016).

A expressão projeto de parentalidade, por sua vez, distancia-se do controle de natalidade e não insiste na instituição família nem nos métodos de concepção e contracepção. Enfatiza a condição de ser pai e ser mãe. Pensar em parentalidade é pensar na acolhida, no afeto e no cuidado dos filhos, ou seja, a ênfase não está no método utilizado, mas no desejo de ter filho e em seu bem-estar (SANCHES, 2016). Uma sociedade plural deseja que cada criança possa de fato ser acolhida e cuidada independentemente das definições de famílias e suas configurações. Não despreza a família, porém assume que esta se justifica à medida que se torna espaço de acolhida, afeto e cuidado com seus membros e com os filhos em particular. Desse modo, o exercício de parentalidade responsável torna-se elemento constitutivo da família, pois a parentalidade nasce da família ou a constrói (SANCHES, 2016).

Parentalidade pode ser ainda um tema muito sensível, pois diz respeito ao modo como as pessoas vivem suas vidas e como os contextos sociais e comunitários representam essa realidade. Por isso, defende-se que, no âmbito da reprodução humana, o projeto de ser pai ou mãe (projeto de parentalidade) precisa ser situado no contexto de projeto de vida das pessoas envolvidas.

Na construção do portal optou-se por manter “parentalidade” como nome do portal, mas também se faz referência à expressão mais conhecida da sociedade “Planejamento Familiar”, por ser o modo como a temática é conhecida do grande público, que aparece nas políticas públicas de saúde e predomina na produção científica.

O Planejamento Familiar pode ser proposto e analisado a partir de perspectivas múltiplas e variadas. Conhecer a legitimidade destas múltiplas perspectivas enriquece a busca de uma visão mais abrangente deste tema complexo, pois ao se negar essas múltiplas perspectivas, facilmente se passa a defender visões parciais que se tornam ideológicas, apresentadas, então, como absolutas.

A Bioética desde a proposta de Potter (1971) é vista como ponte, como uma área de estudo que permite que diferentes perspectivas se comuniquem, que diversas áreas das ciências interajam, que vários olhares convirjam, que fatores múltiplos sejam considerados, que realidades distantes se aproximem, que atores discordantes dialoguem. A Bioética, consciente de ser uma área complexa, não alimenta a ilusão de fácil consenso, nem afirma ser este sempre possível, mas certamente é otimista e acredita que o resultado final produzirá sempre uma compreensão mais abarcante da realidade, onde são afugentadas as ideologias sectárias, os reducionismos simplistas, os determinismos limitantes, as manipulações perniciosas, o fanatismo intolerante. Colocar o tema do planejamento familiar a ser discutido no contexto da Bioética é exatamente propiciar a diversidade de opiniões existentes em nossa sociedade sobre este tema possa se expressar (SANCHES, 2013).

Isto justifica a proposta do portal sobre Planejamento Familiar no âmbito da Bioética, para que se democratize o acesso à informação referente ao tema, reunindo e ampliando a discussão, disponibilizando dados para que a pesquisa continue a crescer em diferentes perspectivas.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO F. **Introdução do livro** “Escola de Redes: novas visões sobre a sociedade, o desenvolvimento, a Internet, a política e mundo globalizado”. Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.aedmoodle.ufpa.br/mod/resource/view.php?id=105734>.> Acesso em: 17 jun. 2015.
- BATISTA, C. L. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. 202 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BOTTENTUIT JÚNIOR, J. B.; COUTINHO, C. M. P. As Ferramentas da Web 2.0 no apoio à Tutoria na Formação em E-learning. In: **Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique em Education (AFIRSE)**. Cidade: Editora, 2008.
- BRASIL. **LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011**. Lei de Acesso à Informação – LAI.
- CASTELL, M. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- FERRARI, P. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2003.
- FONTES, E. **Políticas e normas de segurança de informação**. Rio de Janeiro: Brasport, 2012.
- GOLDIM JR, X. **O Princípio da Precaução**. Institut Servier. La prévention et la protection dans la société du risque: le principe de précaution. Amsterdam: Elsevier, 2001. Disponível em: <<http://www.bioetica.ufrgs.br/precau.htm>.> Acesso em: 20 set. 2015.
- LÉVY, P. A. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 2007.
- MANESS, J. M. Teoria da Biblioteca 2.0: Web 2.0 e suas implicações para as bibliotecas. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v.17, n.1, p. 43-51, jan./abr., 2007.
- MARCIANO, J. L. P. **Segurança da Informação: Uma abordagem social**. 2006, 212 f. Tese. (Doutorado em Ciências da Informação) – Ciências da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MELLO, J. C.; LUZ, F. C. L.; MONTIJANO, M. M. C. L.; ANDRADE, A. M. F. A museologia na web: sistema de informação sobre patrimônio cultural na era digital. **Perspect. Ciênc. inf.**, v. 20, n. 1, p. 171-188, 2015. DOI: 10.1590/1981-5344/1296. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362015000100171&lang=pt#B23>. Acesso em: 29 abr. 2016.

O'REILLY, T. **What is web 2.0**. Set. 2005. Disponível em: <<http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>> Acesso em: 20 junho de 2016.

POTTER, V. R. **Bioethics**: bridge to the future. Englewood Cliffs: PrenticeHall, 1971.

ROQUE, M. I. R. **A comunicação no museu**. 1989/90, 111 f. Dissertação. (Mestrado em Museologia e Patrimônio Artístico) – Lisboa. Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 1990.

SANCHES, M. A. **Reprodução Assistida e Bioética** – Metaparentalidade. São Paulo: Ave Maria, 2013.

SANCHES, M. A. Bioética e Planejamento familiar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SANCHES, M. A.; SIMÃO-SILVA, D. P. Planejamento familiar: do que estamos falando? **Revista Bioética**, v. 24, n. 1, p. 73-82, 2016.

SIQUEIRA, H. S. G. Globalização e Autonomia - os limites e as possibilidades. **Extensão Rural** - Santa Maria: UFSM, n. 8, p. 99-122, jan.-dez. 2002.

TEIXEIRA, P. - Usabilidade e exercício de jornalismo dentro do formato portal no brasil - Dissertação apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo 2002.
Disponível:<http://www.bocc.ubi.pt/pag/teixeira-pollyana-exercicio-do-jornalismo.pdf>

UNESCO. Título. Disponível em:
<http://portal.unesco.org/ci/en/files/26159/126398551119freedom_information_pt.pdf/freedom_information_pt.pdf> Acesso em: 20 janeiro de 2016

XAVIER, V. C. S.; CUNHA FILHO, M. C. **Lei de Acesso à Informação**: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

WERTHEIN J. **A sociedade da informação e seus desafios**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000

ARTIGO¹

Perfil de Gênero na Produção Científica:
Planejamento Familiar no Brasil de 2000 a 2014

Resumo

O artigo tem como objetivo não só identificar o perfil de gênero na produção científica sobre Planejamento Familiar no Brasil, entre 2000 e 2014, bem como a área de formação e especialização dos autores. Utilizaram-se metodologias de mapeamento do estado da arte sobre o tema para possibilitar o recorte específico, primeiro fazendo uma busca sistêmica com o descritivo "Planejamento Familiar", seguindo para análise estatística, Análise de Conteúdo de Bardin e, por fim, pesquisar na base do CNPq em busca do Currículo Lattes dos autores. O resultado da pesquisa identifica que a produção científica sobre Planejamento Familiar no Brasil se compõe de perfil destacadamente feminino (71,76%). Dos 73 artigos analisados, 42 (57,53%) o foco do tema está direcionado à mulher. Este aspecto da pesquisa abre para uma realidade complexa onde se buscam razões para a pesquisa em Planejamento Familiar ter ênfase na mulher.

Abstract

The objective of this article is to identify the gender profile in the scientific literature on Family Planning in Brazil, between 2000 and 2014, as well to identify some aspects of scientific research on the subject. For this matter was used the State of the Art Methodology, performing in a specific group. The process has begun in a systematic search with the description "Family Planning", following to a meta-analysis, a Bardin content analysis and for last a research in the CNPq base on the Curriculum Lattes of the authors. The results found identify that the scientific production on Family Planning in Brazil is formed with a outstandingly female profile (71,76%). From 73 articles analyzed, 42 (57.53%) the main focus of the theme is directed at woman's. This aspect of the research opens to a complex reality where we seek for Research in Family Planning have emphasis on woman.

INTRODUÇÃO

Este trabalho está situado no contexto de estudo sobre Planejamento Familiar no âmbito da bioética e foi elaborado a partir de uma plataforma *online*, mantido pelo grupo de pesquisa dos autores o "Portal de Parentalidade", de livre acesso, que visa reunir artigos vinculados ao tema de Planejamento Familiar e mapear as políticas estaduais e nacionais abrindo também um espaço para notícias vinculadas às áreas envolvidas e pequenos artigos de opinião.

¹ O artigo foi elaborado e adequado às normas da revista à qual será submetido para publicação: *Interface - Saúde, Educação, Comunicação*.

Este artigo é fruto deste projeto mais amplo, com uma primeira análise do estado da arte sobre Planejamento Familiar. O objetivo principal do artigo é mapear os aspectos da produção científica sobre Planejamento Familiar no Brasil e seu contexto evolutivo a fim de auxiliar na análise e compreensão desta área.

Dentre os muitos aspectos possíveis a serem analisados, este artigo busca responder: Qual o perfil dos que desenvolvem produção científica no Brasil na área de Planejamento Familiar? Como esta questão abre para uma análise muito abrangente acerca do perfil dos pesquisadores envolvidos na questão, o artigo faz três recortes considerados fundamentais: a) Perfil de gênero dos pesquisadores; b) Formação de origem; c) Área de especialização. A análise do perfil de gênero possibilita uma avaliação mais rica sobre a quantidade e a qualidade das mudanças nas últimas décadas, em face das transformações ocorridas em todas as atividades econômicas e, particularmente no caso deste estudo, na produção científica sobre Planejamento Familiar.

Vale destacar a perspectiva da Bioética que abarca o trabalho. O Planejamento Familiar pode ser proposto quando analisado a partir das perspectivas múltiplas e variadas, conhecer a legitimidade destas múltiplas perspectivas traz enriquecimento na busca de uma visão mais ampla deste tema complexo, quando se nega essas múltiplas perspectivas, é possível defender visões parciais que se tornam ideológicas, pois apresentadas como absolutas. A Bioética desde a proposta por Potter (1971)¹, é vista como uma ponte, como uma área de estudo que permite que diferentes perspectivas se comuniquem, que diversas áreas das ciências interajam, que vários olhares convirjam, que fatores múltiplos sejam considerados, que realidades distantes se aproximem, que atores discordantes dialoguem. A Bioética, consciente de ser uma área complexa, não alimenta a ilusão de fácil consenso, nem afirma que este será sempre possível, mas certamente é otimista e acredita que o resultado final proporcionará uma compreensão mais aguda da realidade, onde são afugentadas as ideologias sectárias, os reducionismos simplistas, os determinismos limitantes, as manipulações perniciosas, o fanatismo intolerante. Discutir o tema do Planejamento Familiar no contexto da Bioética é permitir a diversidade de opiniões existentes em nossa sociedade. A questão ética fundamental que se coloca para o Planejamento Familiar está em buscar a meta de ter filhos desejados e pais realizados: “A parentalidade está composta de dois polos que não podem ser considerados separadamente: os ‘pais’ que planejam e os ‘filhos’ que são gerados como fruto deste projeto” (p.32)².

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem quantitativa e qualitativa, sendo realizado por meio de uma revisão sistemática de literatura com finalidade exploratória e analítica do planejamento da parentalidade. A análise ocorreu em quatro etapas:

1) *Revisão sistemática*. Optou-se por uma revisão sistemática que pretende captar, reconhecer e sintetizar a grande quantidade de informação científica. Com esse propósito, efetuou-se uma revisão das publicações de áreas diversas, nas bases de dados Scielo, Medline, Lilacs, Bireme(BVS). Devido à maior circulação nos meios acadêmico e profissional foram selecionados somente artigos, não incluindo demais publicações. Em busca do estado da arte mais atual sobre o tema, optou-se por um recorte temporal dos últimos quinze anos de publicações entre 2000 e 2014, o levantamento foi realizado no período de 20 de novembro de 2015 a 30 de janeiro de 2016.

Para esse levantamento de dados foram selecionados artigos seguindo os critérios de inclusão: ter o descritor “Planejamento Familiar”; artigos somente em português; publicados entre 2000 e 2014 em periódicos de *qualis* classificados pela Capes como A1, A2, B1 e B2. Publicações que não possuíam o texto completo disponível ao público foram excluídas. Após excluir os artigos duplicados em várias bases de dados, obteve-se $n = 136$ artigos, os quais foram incluídos nesta primeira fase do estudo.

2) *Análise Estatística*. Aplicação da fórmula estatística para o cálculo amostral.

2.1 Tamanho da Amostra: O tamanho da amostra, dentro de um universo finito teve significância de 95% e considerou como margem de erro máximo 5%, obtendo, assim, $N=101$ artigos que foram incluídos na próxima fase do estudo.

2.2 Análise dos Dados: Posteriormente comparação entre os dados foi aplicado o teste de qui-quadrado utilizando o programa Biostatic 5.0.

3) *Análise de Conteúdo*. A análise de conteúdo estabelece uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito do tema. Para análise das publicações foi utilizada a proposta de análise de conteúdo temática de Bardin⁵ envolvendo as seguintes etapas: leitura flutuante de todos os resumos, sistematização, exploração do material selecionado, identificação de eixos temáticos e, por fim, o tratamento dos resultados e suas interpretações para dialogar com o objetivo do estudo.

Os resumos dos artigos foram examinados para identificar e excluir aqueles com fraca correlação com os objetivos do estudo. Após excluí-los bem como objetivos não pertinentes à temática da revisão, obteve-se $N = 73$ artigos, os quais foram incluídos neste estudo. Os artigos selecionados foram totalmente revistos e as informações necessárias para a revisão sistemática foram extraídas.

4) *Busca de Currículo*. Para caracterização da formação acadêmica dos autores foram realizadas consultas virtuais à Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq). Localizando currículos dos autores, para classificação de formação, especialização e áreas de concentração. Deve-se considerar que não foi possível localizar o currículo virtual de 3,92% dos autores.

Assim, finalizando a última etapa da metodologia seguida neste artigo apresentam-se os resultados a seguir.

RESULTADOS

Dos 101 documentos analisados apenas 73 dos artigos foram relevantes para os objetivos da avaliação, ou seja, 72,27% pertencem às temáticas de Planejamento Familiar, após esse dado consolidado seguiu-se para análise de autores e suas formações, conforme objetivo desse trabalho. Os 73 artigos incluídos na pesquisa compreendiam 255 autores, apresentando uma média de 3,5 autores por artigo publicado. Em conformidade aos resultados apresentados na Tabela 1, verifica-se ser usual escrever artigos em conjunto.

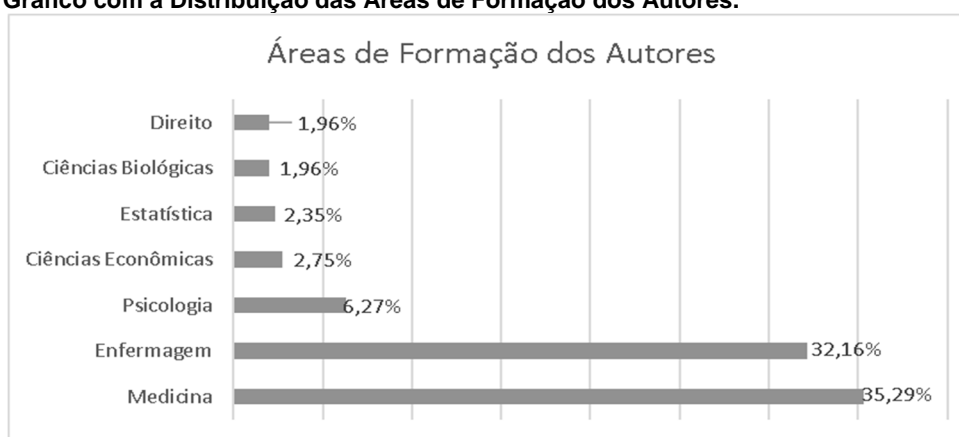
A Tabela 1 apresenta dados referentes à quantidade de autores quanto ao gênero. Verificou que a maioria dos autores é do sexo Feminino (71,76%) contra 28,24% do sexo masculino.

Tabela 1 - Distribuição dos Autores por Gênero.

GÊNERO	NÚMERO	PERCENTAGEM
Feminino	183	71,76%
Masculino	72	28,24%

Fonte: A autora.

Quanto à formação de graduação dos autores, observou-se que a maioria é originária das áreas de Medicina e Enfermagem, tendo assim uma diferença significativa quanto a outros cursos de formação que publicam na temática do Planejamento Familiar, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Gráfico com a Distribuição das Áreas de Formação dos Autores.

Fonte: A autora.

Quanto à formação dos autores no tocante às grandes áreas do conhecimento conforme a divisão adotada pela Capes, evidencia-se a área de ciências da saúde com maior concentração das publicações do tema, conforme demonstrado na Tabela 2. Percebe-se assim que, exceto nas ciências sociais aplicadas, em todas as outras áreas a produção científica sobre planejamento familiar é elaborada majoritariamente por mulheres.

Para saber se esta relação encontrada na amostra é significativa, ou seja, se há evidência suficiente para considerar que existe uma relação entre área e distribuição de gênero nas publicações selecionadas para essa pesquisa, aplicou-se o teste de qui-quadrado. A comparação entre as áreas de concentração e gênero obteve resultado de $\chi^2=18,586$ e $p=0,0049$, para análise do resultado compara-se o valor calculado com o valor tabelado de χ^2 , onde o resultado calculado foi menor do que o valor tabelado com isso pode-se afirmar que existe uma relação (estatística) que não diferiu entre área de concentração de formação dos autores em relação ao gênero.

Tabela 2 - Distribuição da Área de Formação e Gênero dos Autores.

Área de Formação	Feminino	Masculino	%
Ciências da Saúde	56,86% (145)	20,78% (53)	77,65%(198)
Ciências Sociais Aplicadas	2,35% (6)	4,31% (11)	6,67%(17)
Ciências Humanas	5,10% (13)	0,78% (2)	5,88%(15)
Não localizado	3,14% (8)	0,78% (2)	3,92%(10)
Ciências Exatas e da Terra	1,96% (5)	1,18% (3)	3,14%(8)
Ciências Biológicas	2,35% (6)	0,00% (0)	2,35%(6)
Comunicação e Artes	0,00% (0)	0,39% (1)	0,39%(1)
Total	71,76%(183)	28,24%(72)	100,00%(255)

Fonte: A autora.

A Tabela 3 apresenta o cruzamento dos dados da população quanto à questão de gênero com as suas áreas de especialização. Salienta-se que os valores totais em relação ao número de autores não são idênticos devido 14,51% não possuírem currículos completos disponíveis para consulta na plataforma do CAPES.

Contudo, os dados se referem apenas à área de titulação máxima de cada autor, revelando que os setores de Saúde Pública e Coletiva reúnem um grande número de autores que publicam a respeito de Planejamento Familiar. A tabela apresenta, uma diferença na distribuição ($\chi^2 = 25,792$ e $p = 0,001$) entre as áreas. A maior diferenciação ocorre quando comparado a Saúde Pública com as áreas de Ginecologia e Obstetrícia ($\chi^2 = 7,852$ $p = 0,010$) e Enfermagem ($\chi^2 = 5,786$ $p = 0,040$).

Tabela 3 - Distribuição da Área de Especialização e Gênero dos Autores.

Especialização	Feminino	Masculino	%Total
Saúde Pública	15,79% (36)	5,26% (12)	21,05% (48)
Saúde Coletiva	12,72% (32)	1,32% (4)	14,04% (36)
Ginecologia e Obstetrícia	4,82% (12)	7,02% (16)	11,84% (28)
Enfermagem	7,46% (19)	0,00% (0)	7,46% (19)
Saúde Materno-Infantil	2,64% (6)	1,75% (4)	4,39% (10)
Demais especialidades	28,94%(78)	12,28%(36)	41,22%(114)
Total	72,37%(183)	27,63%(72)	100,00%(255)

Fonte: A autora.

ANÁLISE DOS DADOS

A avaliação de produtividade serve como um parâmetro crítico, pois ajuda a determinar o conhecimento disponível em uma instituição ou país em determinada área do conhecimento (p.57)³. Os dados mencionados identificam que a produção científica sobre Planejamento Familiar no Brasil apresenta um perfil destacadamente feminino (71,76%), e este dado abre o debate para diferentes enfoques e entre eles se destacam: a) a análise da presença da mulher no mundo acadêmico; b) o planejamento familiar como área de atuação de opção feminina; e c) a pesquisa com foco na mulher.

A PRESENÇA DA MULHER NO MUNDO ACADÊMICO E DA SAÚDE.

Uma análise detalhada da presença da mulher no mundo acadêmico escapa aos objetivos deste artigo, mas não se pode deixar de pontuar que o tema de gênero e ciências no Brasil contemporâneo envolve, ao menos três dimensões, em que a primeira diz respeito ao ingresso e ao grau de participação das mulheres nos vários campos disciplinares. Mapear o quadro atual no Brasil exige acesso a diferentes bases, dispersão em inúmeras instituições e agências de fomento, frequentemente de dados estatísticos não desagregadas do gênero. A segunda refere-se às transformações culturais no meio científico, nas relações de gênero nos espaços de produção e divulgação do conhecimento o que demanda a realização de estudos socioantropológicos ainda escassos no país. A terceira e última dimensão envolve o próprio conteúdo do conhecimento produzido, requerendo análises complexas de caráter epistemológico, histórico e sociológico (p.20)⁶.

Diversas mudanças podem ser observadas, se tiver como referencial as primeiras universidades do Ocidente, onde as mulheres eram explicitamente proibidas de estudar até o século XVIII. A inserção foi bastante gradativa no espaço acadêmico, só tendo alcançado o cargo de professoras no início do século XX¹⁰. De fato, o século XX representou o marco em vários aspectos e em sua segunda metade intensificou-se o ingresso de escolarização das mulheres no Brasil (p.16)⁶. Dentre as referidas mudanças, a que talvez mais tenha se destacado, em termos do interesse de pesquisadores das ciências sociais, seja o aumento da participação da mulher em várias instâncias, tais como: política, social, cultural e econômica.

Entre os fatores culturais das mudanças, os movimentos feministas dos anos 70 constituem-se como o melhor exemplo da construção de um novo papel para a mulher na sociedade, questionando padrões de comportamento dentro e fora do lar (p.8)⁷. Identificam-se transformações nas expectativas sociais quanto ao papel das mulheres e nas suas expectativas pessoais, isto é, não desempenhar somente o papel de mães, mas também de trabalhadoras, já que a perspectiva de realização pessoal passou a englobar outras funções, além da maternidade (p.11)⁷. Como o nível de escolaridade média no Brasil tem aumentado, em virtude dos programas de universalização do ensino básico, acredita-se que continue a aumentar a participação feminina em pesquisas científicas (p.10)⁸.

Em 2000 a proporção de mulheres entre os ocupados de nível de educação superior já representava 52%. As formações femininas predominantes são na área de ciências humanas e sociais, as quais se traduzem em uma inserção tradicional de ocupações femininas (p.59)⁷. Atualmente, no Brasil, as mulheres são a maioria das matrículas do ensino superior e são cada vez mais representativas entre aqueles que constroem suas carreiras como pesquisadores⁹.

A presença das mulheres nas universidades repercute também na maior inserção em diversos setores da sociedade, como no campo da saúde, de interesse para este estudo. Nota-se, portanto, que a partir da década de 70 houve um aumento da participação das mulheres no setor de saúde de 41,41% para 62,87%. Em 1980 mulheres já eram absoluta maioria no setor¹¹. A feminização da saúde se deu, fundamentalmente, graças a profissionais de nível superior, cuja proporção de mulheres passou de 17,96% em 1970 para 35,24% em 1980. Isto ocorreu também em cursos de tradição masculina, como Odontologia e Medicina¹². Nos anos 90, quase metade do contingente da área médica com menos de 30 anos já era constituído por mulheres, enquanto esse percentual era de apenas 1% na década de 40⁶.

Deste modo, a progressiva escolarização das mulheres brasileiras, que se intensificou na segunda metade do século XX e, principalmente, por influência do feminismo da década de 70, tem representado um fenômeno social marcante⁶. Mulheres representam melhores indicadores que os homens em praticamente todos os níveis educacionais, com trajetórias mais longas e mais regulares, ainda que as diferenças não sejam expressivas quanto frequentemente se apregoa⁶. A incorporação crescente das mulheres em atividades científicas pode ser confirmada desde 1997 entre pesquisadores e líderes de grupos de pesquisa, cadastrados na base Lattes do CNPq: nestes dois subgrupos, a proporção de mulheres, em 2002, era respectivamente de 45,7% e 40,7%¹³.

Para o interesse específico deste artigo nota-se que o perfil de gênero dos autores na área de Planejamento Familiar está situado no contexto maior de mudança da própria sociedade brasileira. Mas se destacam alguns pontos: dentre os autores com formação em Medicina, identificados nessa Plataforma, observa-se uma igualdade de perfil de gênero, ambos com 17,65%, totalizando 35,29%, reflexo da própria área em processo de feminização, embora com forte tradição masculina. O quadro muda quando se analisa os autores com formação em Enfermagem que compõe 32,16% dos pesquisadores da área, sendo 31,37% formados por mulheres e 0,78% por homens envolvidos na pesquisa do tema, isto se justifica pela própria história da construção do perfil na área de Enfermagem, de atuação predominantemente feminina⁽²⁾. Em Psicologia segue-se o mesmo perfil de gênero de Enfermagem, cujos dados recentes no CFP⁽³⁾ apresentam que os homens constituem 14,41% da área, expresso nos dados obtidos nessa pesquisa, onde 5,10% são mulheres contra 1,18% do gênero masculino. O perfil dos pesquisadores relacionado ao gênero feminino na pesquisa do tema permanece nos demais cursos, apresentando no final o índice de 71,76%, conforme comportamento da área de saúde, onde a maioria dos autores é formado.

PLANEJAMENTO FAMILIAR COMO ÁREA DE INTERESSE FEMININO

Os dados mapeados dos últimos quinze anos de pesquisas pertinentes ao tema do Planejamento Familiar, como visto, demonstram claramente que o gênero predominante tanto no foco de suas pesquisas quanto a autoria destes é o feminino, portanto, o tema do planejamento familiar revela-se como de crescente preocupação para esse gênero. Nesta pesquisa, realizada entre os anos de 2000 e 2014 indicou, como mencionado, que a temática de Planejamento Familiar está relacionada ao gênero feminino e mais vinculada a algumas áreas, de modo que se têm 76,62% das publicações na área de Saúde, 5,46% Ciências Sociais Aplicadas, 4,41% Ciências Humanas, 2,94 %, Ciências Exatas e da Terra, 2,31% Ciências Biológicas, o restante ficou dividido entre as demais áreas de concentração, demonstrando que a produção está intimamente ligada à formação profissional dos autores na área de saúde .

Para demonstrar que a temática do Planejamento Familiar é nitidamente uma área de atuação de opção feminina convém apresentar, mesmo que rapidamente, a presença feminina em outras áreas de atuação, pois o perfil dos pesquisadores brasileiros, em geral, é majoritariamente masculino. Por exemplo, o perfil dos pesquisadores na área contábil que identificou as características da produção científica brasileira de artigos publicados na área de Controladoria entre 1997 e 2006, apresentou predominância de professores do gênero masculino, pois, dos 110

(2) http://www.cofen.gov.br/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem_31258.html.

(3) <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>.

professores analisados, 83,63% são do gênero masculino e 16,37%, do gênero feminino¹⁶.

Inclusive na área de saúde, como a Pediatria há uma predominância do gênero masculino em relação às publicações científicas, apresentando 77% dos autores do gênero masculino¹⁴. Também o estado da arte em pesquisas brasileiras referentes ao câncer masculino, aplicando a metodologia considerando somente os primeiros autores de cada artigo, constatou a maior presença masculina, representando 68% de toda a produção científica¹⁵. Idêntico fato ocorre em pesquisas nas áreas de Nefrologia e Urologia, cuja preponderância é do gênero masculino (74,4%)¹⁷.

Quando se identificam os estudos relacionados com Planejamento Familiar, nota-se a presença feminina. Uma pesquisa sobre temas de reprodução e contracepção, violência de gênero, sexualidade e saúde, com ênfase nas DST/Aids, trabalho e saúde, incluindo trabalho doméstico e trabalho noturno, ou seja, com temas diretamente vinculado a gênero e saúde, apontou que as mulheres são a maioria, sendo autoras de 86,0% das teses e 89,0% das dissertações e 70,5% dos artigos¹⁸.

Esta rápida análise do perfil de gênero em diversas áreas destaca ainda mais a diferença significativa de gênero no âmbito da produção científica em Planejamento Familiar, quer dizer, há um interesse deste tema fortemente relacionado ao gênero. Explicar esta diferença não é tarefa fácil, visto a falta de estudos na área. Um primeiro ponto a ser contemplado se refere à própria pesquisa que indicou que 32,16% dos autores eram oriundos da Enfermagem, área predominantemente feminina. Este dado sozinho explica parcialmente a questão, uma análise histórica mostra que setor saúde estruturou-se com base em uma rígida divisão sexual do trabalho. No pré-capitalismo, o cuidado de doentes, feridos, velhos e crianças esteve a cargo das mulheres da família⁶.

No Brasil, até 1970, a participação feminina no trabalho em saúde era restrita, ainda que algumas categorias profissionais, como a Enfermagem fossem tradicionalmente ocupadas por mulheres. Dados recentes da Fiocruz em 2015⁽⁴⁾, sobre a pesquisa de perfil na área de enfermagem revelaram que as equipes de Enfermagem são predominantemente femininas, sendo compostas por 84,6% de mulheres, que reflete nos dados atuais sobre os pesquisadores em Planejamento Familiar, onde apresenta grande parte da Enfermagem sendo do gênero feminino. Já 35,29% da produção são realizadas por profissionais da Medicina, categoria com maioria masculina (57,5%)⁽⁵⁾, deste modo a questão continua inquietante. Aqui seria interessante analisar a perspectiva histórica, pois com a constituição do hospital moderno, manteve-se a separação entre a arte de curar, exercida pelos médicos (homens) e os demais cuidados direto ao paciente, efetuado por profissionais de enfermagem (mulheres), sob a orientação dos primeiros. Isto pode estar mantido hoje no trabalho em conjunto de médicos e enfermeiros em relação ao Planejamento Familiar⁶.

A PESQUISA CIENTIFICA COM FOCO NA MULHER

Dos 73 artigos analisados, em 42 (57,53%) o foco é a mulher, isso demonstra de forma cristalina a pesquisa direcionada fortemente para o gênero feminino, tratando o tema de Planejamento Familiar vinculado à saúde da mulher. Este aspecto da

(4) FIOCRUZ. Pesquisa inédita traça perfil da enfermagem 2015 - Disponível em http://www.cofen.gov.br/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem_31258.html acessado em 20/04/2016 Acessado em 20/04/2016.

(5) CFM. Demografia Médica 2015, P. 42. PORTAL MÉDICO 2010 - o site do Conselho Federal de Medicina - Disponível em: http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25885:2015-11-30-18-02-44&catid=3 Acessado em 25/04/2016.

pesquisa abre para uma realidade complexa: há razões para a pesquisa em Planejamento Familiar ter ênfase na mulher? Isto não favorece e justifica uma cultura machista que aponta o Planejamento Familiar como “coisa de mulher”? Observando os objetivos dos artigos identificados percebe-se que está problemática se apresenta, pois os próprios artigos apontam que ter foco do Planejamento Familiar prioritariamente na mulher, não significa necessariamente que a mulher esteja sendo beneficiada, pois pode esconder a ausência da responsabilidade dos parceiros, do sistema de saúde e a sociedade como um todo. Os objetivos de alguns artigos nos parecem que lidam que está problemática:

- O objetivo desse artigo é analisar o efeito dos filhos sobre a participação das mulheres na População Economicamente Ativa⁽⁶⁾;
- O estudo teve como objetivos analisar as representações sociais das gestantes acerca da gestação e a atenção recebida na consulta de enfermagem do pré-natal⁽⁷⁾;
- Esta revisão é uma tentativa de produzir uma representação holística, mas não exaustiva, dos papéis sexuais femininos no Brasil⁽⁸⁾;
- Apesar das concepções de Planejamento Familiar contemplarem os elementos de prevenção à saúde, “ainda é uma visão focada apenas na saúde da mulher e no controle do número de filhos”¹⁹.

O foco do Planejamento Familiar passou a contemplar elementos da saúde da mulher, mas ainda há o foco principal no controle da natalidade.

[...] permitindo o desenvolvimento de uma política controladora, na qual a mulher exerce um papel muito mais de objeto do que de sujeito da sua história sexual e reprodutiva [...]²⁰.

Há momentos que, sem dúvida, a “feminização” do Planejamento Familiar pode ser um fator de *empoderamento* da mulher e a maior atenção ao cuidado materno-infantil, pois quando o Planejamento Familiar se efetiva, no planejamento da gravidez, a questão da maternidade se evidencia:

O planejamento da gravidez torna o planejamento da maternidade efetivamente diferente do planejamento da paternidade. É o momento em que a mulher assume o papel central, pois a gravidez é, evidentemente, uma condição humana integral que só a mulher pode vivenciar com plenitude.²¹(p. 78).

Alguns artigos apontam para esta questão onde o foco necessita ser mais específico, onde o cuidado da mulher é prioritário:

- Objetivo: caracterizar os aspectos reprodutivos das mulheres climatéricas do Programa de Saúde⁽⁹⁾;
- Objetivo: verificar as condições de acesso das mulheres às atividades de Atenção e aos métodos contraceptivos no Brasil⁽¹⁰⁾;
- O objetivo deste estudo é apresentar a magnitude da necessidade insatisfeita por método anticoncepcional entre mulheres unidas no Brasil⁽¹¹⁾;

(6) Souza, Leticia Rodrigues de, Rios-Neto, Eduardo Luiz Gonçalves, Queiroz, Bernardo Lanza (2011) A relação entre parturição e trabalho feminino no Brasil. Rev. bras. estud. População. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982011000100004 Acessado em 10/01/2016.

(7) Helena Eri, Shimizu, Maria Goreti de, Lima (2009). As dimensões do cuidado pré-natal na consulta de enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672009000300009 Acessado em 10/01/2016.

(8) Eros, De Souza, John R., Baldwin, Francisco Heitor da, Rosa (2000). A construção social dos papéis sexuais femininos. Psicologia: Reflexão e Crítica. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000300016 Acessado em 10/01/2016.

(9) Vivaldo Naves de, Oliveira, Joaquim Gonçalves, Valente, Sebastião Freitas de, Medeiros (2002). Aspectos reprodutivos das mulheres climatéricas do Programa de Saúde da Família em Cuiabá. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032002000700003 Acessado em 10/01/2016.

(10) Ana Maria, Costa, Dirce, Guilhem, Lynn Dee, Silver (2006) Planejamento Familiar: a autonomia das mulheres sob questão. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292010000500010 Acessado em 10/01/2016.

(11) Luciane Santiago, Tavares, Iuri da Costa, Leite, Fernando Salgueiro Passo, Telles (2007). Necessidade insatisfeita por métodos anticoncepcionais no Brasil. Revista Brasileira de Epidemiologia. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2007000200002 Acessado em 10/01/2016.

Nota-se que pesquisas sobre o processo da gravidez e a contracepção situam-se no universo feminino, onde a atuação desta se apresenta quase sempre como único e decisivo. A Organização Mundial de Saúde (OMS) assinala que 120 milhões de mulheres no mundo desejam evitar a gravidez. Apesar disso, nem elas nem seus parceiros usam métodos contraceptivos. Esta preocupação está presente na Política Nacional de Planejamento Familiar foi criada em 2007, no Brasil, que inclui oferta de oito métodos contraceptivos gratuitos e também a venda de anticoncepcionais a preços reduzidos na rede Farmácia Populares. Estas políticas nacionais são apontadas como impactantes, pois a Organização das Nações Unidas (ONU) informa que os programas de Planejamento Familiar foram responsáveis pela diminuição de um terço da fecundidade mundial, entre os anos de 1972 e 1994⁽¹²⁾.

A informação adequada em Planejamento Familiar é de fundamental importância, pois possibilita ao paciente exercer seus direitos, reconhecer métodos contraceptivos e fazer escolhas com autonomia. Deve abranger orientações sobre métodos, assim como saúde sexual e reprodutiva. Além disso, os serviços de saúde devem dispor de métodos e técnicas para o controle da fecundidade.

O conhecimento científico é fruto da produção e divulgação científica, e, no Brasil, a pesquisa está vinculada aos programas de pós-graduação. Entende-se que a informação adequada deve-se vir de um profissional qualificado na área em que está atuando, e quando se fala em Planejamento Familiar, onde a temática pode seguir com múltiplas disciplinas, além da formação dos autores, é se suma importância relacioná-las com suas especializações onde se apresentam nas seguintes áreas: Saúde Pública 21,05%; Saúde Coletiva 14,04%; Ginecologia e Obstetrícia 11,84%; Enfermagem 7,46%; Saúde Materno-Infantil 4,39%; as demais especialidades estão fracionadas em 37 outros cursos de especialização com menos expressão quantitativa.

Por intermédio dos dados aludidos, observa-se que os pesquisadores estão concentrados nas áreas de especializações direcionadas a saúde da mulher, ao tornar público esses conhecimentos através de meios formais como periódicos, livros, anais, dissertações, congressos e outros, dão margem a outras perspectivas às pesquisas pelos estudiosos³. A publicação científica permite modificações, aprimoramentos e até contestações às ideias expostas contribuindo, assim, com o desenvolvimento de um determinado campo científico¹⁶.

O Planejamento Familiar é um processo diretamente associado à saúde da família, portanto, embora se justifique que a mulher seja o foco central, não deve incluir somente esta, mas a unidade familiar. A fase do ciclo de vida da família deve ser avaliada, bem como suas crenças, valores e tradições. O planejamento deve ser conduzido na forma de programa, com tarefas para tornar o processo ativo para os usuários¹⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos quinze anos tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas com o desafio de mapear e de discutir produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, buscando responder questões relevantes de quais aspectos e dimensões vêm sendo destacados em diferentes épocas e lugares, de que forma e em que condições têm sido produzidas essas publicações, assim subsidiando novas pesquisas com dados consolidados ²²(p.257).

(12) <http://www.brasil.gov.br/saude/2011/09/planejamento-familiar>.

No intuito de mapear o estado da arte das pesquisas em Planejamento Familiar, um recorte se fez necessário, respondendo-se nesse artigo à pergunta inicial, apresentando o perfil dos autores que realizam e vinculam produções científicas no Brasil na área de Planejamento Familiar. Esse estudo aborda importantes subsídios no delineamento do tema e como este é tratado no meio científico. A discussão da temática de Planejamento Familiar, no contexto brasileiro, refere-se a um tema recente, porém em constante expansão.

Os cruzamentos de dados elucidam que a temática está diretamente relacionada ao gênero feminino tanto por seus autores sendo em sua maioria mulheres, quanto pelos objetivos de suas pesquisas, direcionados ao público feminino. Fica evidente, por meio dos dados, que a maior produção se concentra nas ciências em saúde, assim como o enfoque de gênero no planejamento e políticas de saúde privilegiando a abordagem em saúde da mulher. Cabe ressaltar que os artigos seguem o comportamento do perfil de formação de seus autores, cujas finalidades encontram-se ligadas à saúde e à saúde pública, onde se encontra a área de especialização da maioria de seus pesquisadores.

Deve-se lembrar de que a ciência não é um poder único e absoluto nem o pesquisador é um solipsita, distante do que ocorre no mundo. A liberdade do pesquisador não se fecha tampouco termina no laboratório, mas se articula com a liberdade dos cidadãos. Por isso, a reprodução científica comporta um profundo sentido social²³(p.60).

É necessário investir na produção de conhecimento científico sobre o tema de Planejamento Familiar em uma abordagem com aspecto amplo, trazendo para dentro do tema, a família e não somente a mulher, saindo do aspecto da gravidez e trazendo para discussão o marido, o filho e o envolvimento familiar, visto que o Planejamento Familiar adequado traz inúmeros benefícios não somente para a família em questão, como também para a criança que está sendo gerada e para a sociedade como um todo.

Os resultados apresentados não esgotam todas as possibilidades de análises a partir dos dados coletados, mas apontam algumas análises das categorias relacionadas com esta temática no período analisado e no determinado tipo de veículo de divulgação.

REFERÊNCIAS

1. Potter, VR. Bioethics: bridge to the future. Englewood Cliffs: PrenticeHall; 1971.
2. Sanches. MA. Reprodução assistida e bioética – Metaparentalidade. São Paulo: Ave Maria; 2013.
3. Amaral MR, Santana CM, Sales ICH, Araujo Neto LM. Perfil dos Autores na Produção Científica em Mercado Financeiro de Crédito e de Capitais nos Congressos USP de Controladoria e Contabilidade e Congresso Anpcont. RECFin. 2014; 2(2):55-68. [Internet], 2014 [acesso 2016 Abr 20]. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/recfin/article/view/18496>.
4. GOLDIM JR. O Princípio da Precaução. Institut Servier. La prévention et la protection dans la société du risque: le principe de précaution. Amsterdam: Elsevier, 2001: 15(16):23-34. [Internet] , 2001 [acesso 2015 Set 20]. Disponível em: <http://www.bioetica.ufrgs.br/precau.htm>.
5. BARDIN L. Análise de conteúdo. 6 ed. São Paulo: Edições 70; 2011.
6. Aquino EML. Gênero e Ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. [Internet]. In: Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas; 2005, 2006; Brasília, Brasil; Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2006. p. 11. [Internet], 2006 [acesso 2015 Dez 10]. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2006/encontro-genero.pdf>
7. Machado AF, Oliveira AMHC, Wajnman S. Sexo frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. [Internet], 2005 [acesso 2016 Fev 15]. Disponível em: http://gelre.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Estudo_Sexo_Fr%C3%A1gil1.pdf.
8. Melo HP, Lastres HMM, Marques TCN. Gênero no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. [Internet], 2004 [acesso 2016 Fev 10]. Disponível em: <http://www.cbpf.br/~mulher/hildete1.pdf>.
9. Bernardo R, Albuquerque E, Santos VM. Situando Conhecimentos: Mulheres Cientistas na Universidade Federal de Pernambuco. [Internet], 2014 [acesso 2016 Mar 30]. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/view/907/652>.
10. Schienbinger L. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. Hist. cienc. saude-Manguinhos. 2008; 15(0). doi: 10.1590/S0104-59702008000500015. [Internet], 2008 [acesso 2016 Fev 05]. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-5970200800500015.

11. Machado MH. A participação da mulher no setor saúde no Brasil — 1970/80. *Cad. Saúde Pública*. 1986; 2(4) doi: 10.1590/S0102-311X1986000400005. [Internet], 1986 [acesso 2016 Mar 10]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1986000400005.
12. Médici AC. A Força de Trabalho em Saúde no Brasil dos Anos 70: Percalços e Tendências. *Rev. Adm. públ.* 1986; 20(3):54-69. [Internet], 1986 [acesso 2016 Mar 15]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/10019/9021>.
13. Leta J. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estud. av.* vol. 2003; 17(49). doi: 0.1590/S0103-40142003000300016. [Internet], 2003 [acesso 2016 Mar 20]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300016.
14. Oliveira MC, Leite BG, Perfil e produção científica dos pesquisadores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na área de Pediatria. *Rev Paul Pediatr.* 2013; 31(3):278-84. doi: 10.1590/S0103-05822013000300002 [Internet]. 2013 [acesso 2016 Abr 20]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822013000300278&lang=pt.
15. Martins AM, Moraes CAL, Ribeiro RBN, Almeida SSL, Schall VT, Moderna CM. A Produção Científica Brasileira sobre o Câncer Masculino: Estado da Arte. *Revista Brasileira de Cancerologia.* 2013; 59(1):105-112. [Internet], 2012 [acesso 2016 Abr 20]. Disponível em: http://www.inca.gov.br/rbc/n_59/v01/pdf/17-a-producao-cientifica-brasileira-sobre-o-cancer-masculino.pdf.
16. Santana AR, Nganga CSN, Leal EA. Perfil e Produção Científica dos Docentes nos Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Contábeis. [Internet]. 2012 [acesso 2015 Nov 15]. Disponível em: http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/1003/20140420115524.pdf.
17. Oliveira, EA, Pécoits-Filhol R, Quirinol IG, Oliveiral MC, Martelli DR, Lima LS, Martelli Jr H. Perfil e produção científica dos pesquisadores do CNPq nas áreas de Nefrologia e Urologia. *J. Bras. Nefrol.* 2011; 33(1): 31-37. doi: 10.1590/S0101-28002011000100004. [Internet], 2011 [acesso 2015 Jun 15]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-28002011000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
18. Aquino EML. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. *Rev. Saúde Pública.* 2006; 40. doi: 10.1590/S0034-89102006000400017. [Internet], 2011 [acesso 2015 Nov 15]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000400017.

19.Santos JC, Freitas PM. Planejamento Familiar na perspectiva do desenvolvimento. Ciênc. saúde coletiva. 2011; 16(3). doi: 10.1590/S1413-81232011000300017. [Internet], 2011 [acesso 2015 Nov 15]. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000300017&lang=pt em 07/05/2015.

20.Moura ERF, Silva RM, Galvão MTG. Dinâmica do atendimento em Planejamento Familiar no Programa Saúde da Família no Brasil. Cad. Saúde Pública. 2007; 23(4):961- 970. doi: 10.1590/S0102-311X2007000400023. [Internet], 2007 [acesso 2016 Fev 15]. Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2007000400023&lang=pt

21.Sanches MA, Simão-Silva DP. Planejamento familiar: do que estamos falando? Revista Bioética. 2016; 24(1):73-82.

22.Ferreira NSA. As Pesquisas Denominadas "Estado Da Arte". Educ. Soc. 2002; 23(79). doi: 10.1590/S0101-73302002000300013. [Internet], 2002 [acesso 2016 Fev 18]. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lang=pt.

23.Palácios M, Martins A, Pegoraro OA, Ética, ciência e saúde: desafios da bioética. Petrópolis: Vozes; 2001.

